

A close-up portrait of an elderly man with white hair, smiling slightly. He is wearing a brown tweed jacket over a red and white striped shirt and a purple tie. The background is a blurred outdoor setting with green foliage and brown ground.

Carlos Portas

«Sempre entendi a **Horticultura em sentido mais lato**, como nos EUA e agora por todo o mundo»

Nélia Silva
revista@aphorticultura.pt
Margarida Matos

Em entrevista de vida [tem 80 anos], Carlos Portas, um dos fundadores e primeiro presidente da Associação Portuguesa de Horticultura, conta que a APH nasceu no rescaldo da Revolução de Abril com o desejo de «fazer um país novo», numa altura em que novas culturas como o tomate de indústria se afirmavam no território nacional. Passados 40 anos em Portugal, o balanço é positivo; o primeiro doutorado em Portugal na área de Engenharia Agronómica defende que tomate, vinho, fruteiras e azeite devem continuar a ser grandes apostas da Horticultura portuguesa.

«Em 1961 estive preso em Caxias»

O que recorda da sua infância e juventude?

Nasci em Vila Viçosa em 1936, uma terra alentejana, sede da Casa de Bragança, e também por esta razão com certa tradição histórica e cultural. Os meus pais em vez de mandarem os seus três filhos varões para o Liceu de Évora (a 60 km), enviaram-nos para o Minho, no colégio dos Jesuítas de Santo Tirso. Aí tivemos um ensino secundário de muito bom nível. Do colégio recordo também uma rica biblioteca a que tinham acesso os alunos do 6º e 7º ano; até havia livros de autores não católicos.

E porquê a escolha de Agronomia?

Como existiam algumas propriedades na família materna, sendo a minha mãe filha dum agricultor, resolvi estudar Agronomia e o meu pai, engenheiro de minas, concordou. Também aconteceu que em Vila Viçosa falava comigo um notável estudante que começava no ISA, o qual veio a ser um dos seus grandes professores; Joaquim Pedro Amaro. Assim fui para o ISA - Instituto Superior de Agronomia, em Lisboa. O meu irmão Nuno, que fora para Arquitetura e do qual sempre fui muito chegado, falou-me nas associações de estudantes e cheguei a presidente da associação de estudantes do ISA entre 1956 e 1957; fui um dos que estive na oposição forte contra o "Decreto 40.900" que suprimia a autonomia das associações de estudantes e ganhámos então essa luta. E em 1961 na "Greve Académica" estive preso em Caxias. Também fui depois presidente da Juventude Católica Portuguesa.

Como se deu o seu primeiro contato profissional com a Horticultura?

No curso de Agronomia, a Horticultura tinha muito pouco peso. Ensinava-se viticultura, como disciplina própria, sendo o prof. Marques de Almeida, seu docente, que me puxou para a horticultura (sensu estrito).

Mas isto foi após ganhar o concurso para 2º assistente do 2º Grupo de disciplinas, em 1963 (não havia 1º Assistentes pois estes seriam doutorados e não havia no ISA). É que eu comecei nos Solos, como boa parte da gente que tinha notas elevadas, porque era um dos melhores setores do ISA e que trabalhava muito com as então Colónias, havendo a possibilidade de ir um ano para África, sendo este trabalho bem remunerado. Aliás, o meu primeiro livro é precisamente sobre os solos de Angola. Assim estive como 2º Assistente na área de Solos e Fertilidade, durante dois anos e meio, até que o professor Ário Lobo de Azevedo também me incitou a concorrer para a área de Agricultura aplicada, uma vez que havia poucos docentes; o que sucedeu.

O então professor de viticultura informou-me

que eu ficaria responsável pela horticultura (sensu estrito), enquanto ele continuaria na viticultura. Depois fui para os Estudos Gerais para Angola, como docente de agricultura, de forma a escapar à guerra colonial (estadia de duração duplicada).

Nessa altura como era o Portugal hortícola?

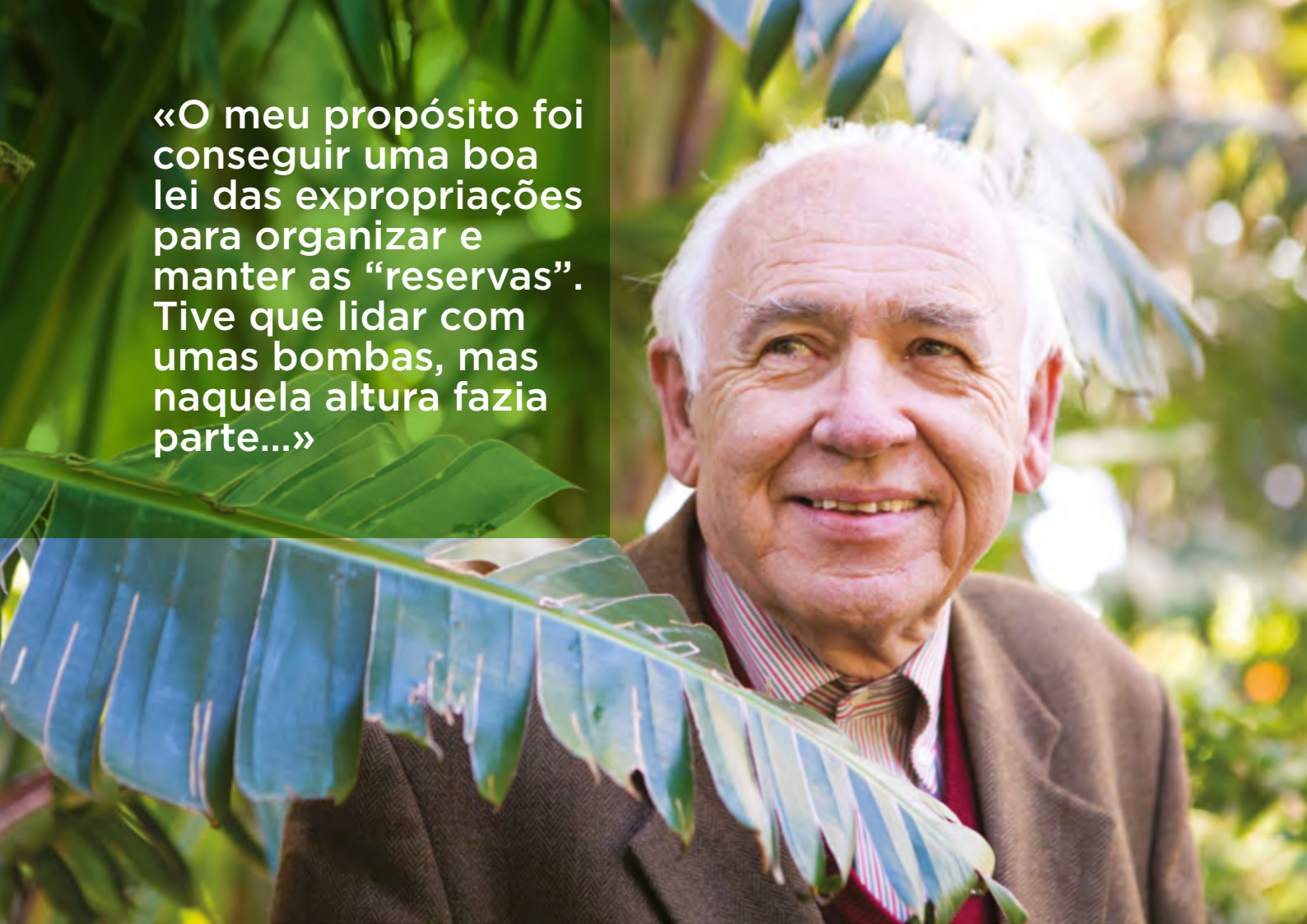
No Instituto, a horticultura era pouco mais que acompanhar a sua horta. Em Portugal as principais culturas que produzíamos, ditas "hortaliças", eram de forma a abastecer as necessidades do país, em boa parte batata e variadas hortaliças. Havia forte importação nos cereais, sobretudo trigo e milho. Sendo Portugal um país pobre, a Horticultura era essencial para a sobrevivência. Até a classe média nos arredores de Lisboa procurava pequenos quintais e família e empregados cuidavam da sua cultura.

E o que recorda da Horticultura em Angola?

Aproveitei o tempo que estive em Angola também para fazer parte do trabalho que viria a ser o meu doutoramento sobre o tomate, em 1971 e no ISA, tornando-me o primeiro Doutor em Engenharia Agronómica no país. Uma parte desse trabalho foi sobre o tomate de indústria em Portugal e, a outra, sobre o tomate convencional em Angola, uma vez que aqui não existia investigação no tomate para indústria. Ainda quando estava em Portugal como 2º Assistente, eu começara a interessar-me pelo tomate de indústria, uma grande novidade que se tinha iniciado no Ribatejo e Alentejo, nos anos 50. Para se ter noção, existiam 32 fábricas na década de 60, a maioria pequenas, dedicadas à transformação de tomate. Como eu vinha dos Solos, o que mais me preocupava era a parte do enraizamento, que parte dos produtores esqueciam e poucos eram os que seguiam essa matéria. Boa parte do meu trabalho internacional viria a ser acerca do enraizamento.

Nessa época, quais eram as suas aspirações para o futuro da Horticultura portuguesa?

A Horticultura estava cada vez mais dependente da capacidade dos países competirem uns com os outros; em Angola isso via-se claramente pois se a produção não fosse competitiva não tinha hipótese. E embora terra não faltasse, muitos produtos alimentares eram importados da Rodésia (atual Zimbábue) e da África do Sul. Em Portugal, como o país era muito fechado, essa realidade não era tão visível. Nestes contextos era necessário estudar bem aquilo em que o país poderia ser competitivo. O tomate era, e ainda hoje é, uma grande aposta, assim como as fruteiras e o azeite. Foi isso que ia dizendo aos meus alunos.



«O meu propósito foi conseguir uma boa lei das expropriações para organizar e manter as “reservas”. Tive que lidar com umas bombas, mas naquela altura fazia parte...»

Foi Secretário de Estado da Estruturação Agrária em 1976. Como eram esses tempos conturbados do pós-revolução no domínio agrícola?

Já tinha alguma experiência política como disse. No entanto, é preciso ver que nesse período, mais de um milhão de hectares tinham sido invadidos e ocupados (mais de 13% do país) e isso tinha que se alterar, até porque Portugal queria entrar na CEE. O meu propósito foi conseguir uma boa lei das expropriações para organizar e manter as “reservas”, bem como aplicá-la. Tive que lidar com umas bombas, mas naquela altura fazia parte do trabalho...

Em 1976 fundou a Associação Portuguesa de Horticultura. Porque sentiu necessidade de criar a APH?

Havia um grupo de 20 a 30 pessoas ligadas a novas culturas e tecnologias, como o tomate, melão, melancia, mecanização, etc. e começámos a fazer saídas ao campo. Com o 25 de Abril tínhamos o desejo de fazer um país novo. Já existia desde há muito a SCAP - Sociedade de Ciências Agrárias de Portugal -, eu até fora da sua gerência, mas era uma organização que só aceitava engenheiros agrónomos e, como tal, era muito fechada pois os técnicos de horticultura na maioria não eram engenheiros. Era preciso uma entidade que, entre outros, agregasse também engenheiros, regentes agrícolas e agricultores.

Além disto a horticultura não incluía as árvores de fruto, que eram incluídos em boa parte dos países mais desenvolvidos; donde o termos criado a Associação Portuguesa de Horticultura e Fruticultura na década de 1980/1990, o que terminou na década seguinte (os colegas da fruticultura verificaram que internacionalmente vingava o sentido “latu” de Horticultura).

Como foi a evolução da APH?

Achei que não haveria grande prejuízo com a entrada da CEE. O que mais nos interessava era que a agricultura não morresse. Sempre entendi a Horticultura num sentido mais lato como nos EUA, onde as frutas são parte integrante da Horticultura. Para mim era um dos poucos setores onde sempre senti que o país podia fazer algo, dentro das condições climáticas que possuímos, foi a Horticultura (sensu lato), desde que existam técnicos capazes. Depois a minha missão foi também fazer doutores do sector e técnicos em todo o país, para que não se formassem só em Lisboa, trabalho que começou em Évora. E isso foi bom para a APH, visto trazer membros com novos conhecimentos; os sucessivos presidentes também tiveram sempre essa ideia. Tive sempre a noção de que a APH nunca seria uma associação grande se não tivesse um regente agrícola como presidente; felizmente isso aconteceu. O nosso propósito foi fazer sempre da APH uma entidade aberta a todos, independentemente do grau académico.

«Uma das minhas missões foi fazer doutores e técnicos em Engenharia Agronómica por todo o país»

Foi Consultor para o Desenvolvimento Rural do ex-Presidente da República Jorge Sampaio. Como foi essa experiência?

O dr. Jorge Sampaio sempre gostou muito do setor agrícola e tinha bons amigos entre os agrónomos. A partir do momento em que ele me convidou - uma verdadeira surpresa para mim - ajudei-o como consultor. Ele visitou imensas explorações e empresas ligadas à agricultura. Não me filiei em partido político em parte por causa da APH, visto os partidos (essenciais para a democracia), serem então frequentemente motivo de discórdia; estávamos a começar com a democracia.

Em 2006 recebeu de Jorge Sampaio a Grã-Cruz da Ordem do Infante D. Henrique. Como viveu esse momento?

Foi outra surpresa muito grande. Senti-me muito agradecido, em especial a Jorge Sampaio mas também a tantos que comigo trabalharam. Foi curioso visto que também condecorou o meu irmão Nuno, como arquitecto...

Hoje, passados 40 anos da fundação da APH, como vê a evolução da Associação?

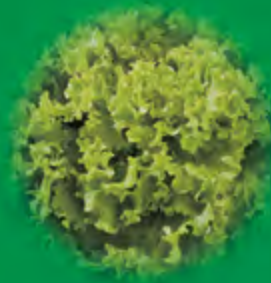
Vejo-a no bom caminho, sabendo que é preciso ter cuidado no trabalho que fazemos. Cada vez que há novo presidente é para mim uma enorme satisfação e alegria; é a continuação dum bom trabalho. Para exemplo, hoje a Revista da APH tem uma qualidade que não apresentava há uma dezena de anos.

O que deseja para o futuro da APH?

Que continue a trabalhar bem e a conseguir uma boa divulgação científico-técnica. Nunca gostei de fazer grandes previsões, mas o que desejo é que dure longos anos, com “bom trabalho e boa gente”, não só a nível científico como também profissional.

Plantou várias árvores, escreveu vários livros, deu vida a 3 filhos. O que lhe falta fazer para completar uma vida plena de realizações?

Ter uma morte na paz de Deus e, enquanto estiver vivo, ajudar os outros, quer sejam família, cientistas ou colegas de escola. De resto, espero ainda conseguir escrever os livros que faltam e que já estão previstos: um sobre a reforma agrária e o outro as minhas memórias. ■



24 anos
ao Serviço da
Horticultura Profissional

sementibrida@sementibrida.pt
Tel. +351 219 229 970 • Fax: +351 219 263 873